



ÁGORAS HIGH TECH: AS CIBERCIDADES COMO INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA

AGORAS HIGH TECH: THE CYBERCITIES AS AN INSTRUMENT OF DEMOCRACY

Vera Lucia Spacil Raddatz¹
Marcelo Dias Jaques²

RESUMO

Este texto analisa a importância das transformações tecnológicas na sociedade e sua relação com a comunicação e a democracia, discutindo as cibercidades como espaços públicos para o exercício democrático. A internet representa a nova revolução cultural da humanidade, alterando modos de vida, formas de aprender e de se relacionar. As redes de relacionamento social são os novos espaços de interação por onde circulam conteúdos e pessoas. O ambiente virtual pode ser equiparado à antiga àgora grega, viabilizando a livre expressão, discussão, construção, contextualização e debate permanente das ideologias coletivas. A expansão do acesso à Internet favorece a inclusão social e construção de uma cidadania fortalecida, à medida que facilita ao cidadão o acesso à informação (direito à informação), como também a possibilidade concreta de expressar suas vontades e ideologias (direito à liberdade de expressão). Este estudo tem caráter qualitativo e a metodologia se utiliza de pesquisa bibliográfica. A reflexão indica que a representação das cibercidades como mecanismo de efetiva participação democrática e construção da cidadania necessita passar por um amadurecimento cultural, eis que o fenômeno da Internet e os relacionamentos que ela propicia ainda são efêmeros.

Palavras-chave: cibercidades; cidadania; democracia.

ABSTRACT

This paper analyzes the importance of technological changes in society and its relationship to communication and democracy, discussing cybercities as public spaces for democratic exercise. The internet is the new cultural revolution of humanity, altering lifestyles, ways of learning and relation. The social networks are the new spaces of interaction through where they circulate contents and people. The virtual environment can be equated to the Ancient Greek Agora, enabling free expression, discussion, construction, contextualization and permanent debate of collective ideologies. The expansion of the Internet access advantages social inclusion and a construction of a strengthened citizenship, as it facilitates citizen the access to information (right to information), as well as the concrete opportunity to express their will and ideologies (right to freedom of expression). This study has a qualitative approach and the methodology makes use of literature. The reflection indicates that the representation of cybercities as a mechanism of effective democratic participation and construction of citizenship still needs to go through a cultural maturation, behold, the Internet phenomenon and the relationships it propitiates are still ephemeral.

Keywords: cybercities; citizenship, democracy

¹ Dr^a em Comunicação e Informação. Professora do Mestrado em Direitos Humanos e do Curso de Comunicação Social da Unijuí. Coordena o projeto de pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação - verar@unijui.edu.br

² Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí. Especialista em Direito Público pela Escola de Ensino Superior Verbo Jurídico. Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil - Ulbra - marcelo.jaques@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A humanidade passa por uma das mais importantes revoluções culturais em um contexto de transformação socioeconômica, principalmente em razão do advento da rede mundial de computadores - *world wide web* - a internet, que representa um dos principais avanços tecnológicos do século XX.

A revolução protagonizada pelas tecnologias de informação e comunicação, a partir da internet, pode ser equiparada à Revolução Industrial, tal o impacto que produziu na sociedade e na vida das pessoas. De acordo com as pesquisas do Ibope Media³ no terceiro trimestre de 2012 o Brasil atingiu a marca de 94,2 milhões de pessoas com acesso à Internet. Para Marcel Leonardi: “a utilização e a dependência dos diversos serviços e facilidades oferecidos pela Internet modificaram radicalmente o comportamento humano”.⁴

Devido à importância da questão inerente à transformação dos espaços urbanos em decorrência dos avanços tecnológicos - em especial nas áreas de informação e comunicação - vividos nas últimas décadas, o tema cibercidades ganha importância nas discussões da contemporaneidade. Este artigo pretende discutir as cibercidades como um espaço público, onde os cidadãos planetários podem transitar e se expressar com liberdade, de modo a fortalecer o exercício da cidadania, por meio do debate e da conversação, à luz dos princípios da democracia. Para tanto é traçado um paralelo entre os espaços públicos existentes na pólis (cidade-estado) grega - a ágora - e as cibercidades originadas dos avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas.

A partir desta relação elabora-se um questionamento acerca da possibilidade do ciberespaço viabilizar à humanidade a possibilidade real de buscar nas origens da antiguidade um modelo de democracia direta, sem exclusões sociais de gênero, nacionalidade ou classe social, resgatando assim, a consciência política e a cidadania dos povos.

Utilizando-se da pesquisa bibliográfica, o texto é desenvolvido a partir do diálogo com autores contemporâneos que contribuem para uma visão crítica da temática proposta,

³ Os dados da pesquisa do Ibope Media foram publicados pelo site da Abril: <http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-atinge-94-2-milhoes-de-pessoas-conectadas-14122012-32.shl>. Acesso em 10 de abril de 2013.

⁴ LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na Internet*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 28.



considerando as cibercidades fruto da cultura digital, pensadas em um contexto de pluralidade de opiniões e de diversidade, para refletir se de fato elas podem se concretizar como ágoras *high tech*. O texto divide-se em três partes.

A primeira apresenta a democracia na visão de Bobbio (2000) como um conjunto de regras e procedimentos para a tomada das decisões coletivas em uma determinada sociedade, respeitados os princípios da igualdade e da liberdade, resgatando as práticas democráticas das ágoras gregas.

Na segunda parte discutem-se os avanços tecnológicos protagonizados pelas tecnologias de informação e comunicação, a partir do advento da internet e das plataformas digitais na sua relação com os movimentos do cidadão nas redes sociais. Busca-se compreender como funcionam as redes sociais, a partir dos estudos de Castells (2001) e Recuero (2012), tendo em vista que elas se constituem a nova plataforma de conversação, por onde circulam as informações e se estabelecem novas formas de relacionamento.

Na terceira parte, a partir de uma definição de Lemos (2004) para as cibercidades, dialogando com Recuero (2009; 2012) e com Levy (2008) e novamente Bobbio (2000), a reflexão converge para a potencialidade das cibercidades frente às práticas de cidadania na sociedade digital e as formas de participação do cidadão planetário num mundo em que emergem os ideais democráticos.

1. A DEMOCRACIA DA GRÉCIA ANTIGA AOS DIAS ATUAIS

Os registros históricos apontam que, em meados de 500 A.C. desenvolveram-se na região da Grécia Antiga condições sociais que propiciaram o desenvolvimento de uma nova cultura política, um sistema de governo que partia da idéia do poder exercido pelo povo e em nome do povo. A este modelo, a humanidade atribuiu o nome de democracia.

A origem etimológica da palavra democracia advém da expressão grega *demos* que significa povo e *kratos* que significa poder. A partir disso se poderia defini-la como o poder do povo. Para além desta proposição, a democracia no modelo apresentado na Grécia



clássica representou uma importante demonstração de cultura política e cidadania de um povo, ainda que tal direito de participação nas decisões não fosse estendido a todos.⁵

O fundamento basilar da democracia grega consistia em duas liberdades como sustentação do novo modelo sociopolítico: a igualdade de todos os cidadãos perante a lei (isonomia) e o direito de expor sua vontade nas assembléias (isagoria).

A obra *História da Guerra do Peloponeso*, escrita pelo general ateniense Tucídides, relata os pilares da estrutura democrática da Grécia antiga: “Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos, mas da maioria, é democracia”.⁶ Esta ideia de independência em relação ao modelo de gestão política da época está presente nos primórdios da concepção grega, cujo sentido se mantém até hoje. O autor registra e explica as relações de igualdade pretendidas para a democracia grega, ressaltando que “no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos”.⁷ Observa-se que os princípios democráticos gregos levam em consideração muito mais as virtudes dos cidadãos do que o status ou classe social. O valor do homem é o mais importante, ressaltando que “a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição”.⁸

Corroborando com esta idéia de igualdade e cidadania, a doutrina de David Held ensina que “a democracia ateniense se caracterizava por um compromisso generalizado com o princípio da virtude cívica: a dedicação à cidade-estado republicana e a subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem geral”.⁹ A cidadania e o

⁵ Embora a Grécia Antiga tenha sido o berço da democracia, nem todos podiam participar, mas apenas 10% da população ativa da cidade. Os estrangeiros, as mulheres e os escravos não participavam das decisões nas assembléias públicas, eis que não eram considerados cidadãos. No entanto, o importante para este estudo é o desenvolvimento de uma nova concepção do poder, opondo a democracia à tirania.

⁶ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 109.

⁷ TUCÍDIDES. Op. cit. p.109

⁸ Ibidem.

⁹ La democracia ateniense se caracterizaba por un compromiso generalizado con el principio de la virtud cívica: la dedicación a la ciudad-estado republicana y la subordinación de la vida privada a



sentimento do coletivo são, portanto, um compromisso cívico para os gregos que participavam das assembleias públicas, antes mesmo de seus interesses particulares.

O surgimento da *polis*, por sua vez, foi um dos mais importantes aspectos no desenvolvimento da civilização grega como modelo de organização sociopolítica, adotado pelas antigas cidades gregas na condição de cidades-estado.¹⁰ O historiador Voltaire Schiling afirma que os gregos entendiam a política “como uma ciência superior, determinante de qualquer organização social e com inquestionáveis reflexos sobre a vida dos indivíduos. Era a arte de governar a cidade-estado (pólis)”.¹¹ Não havia preocupação com outros estados-nacionais. O centro do mundo era ali mesmo e precisava se autogerir por meio dos poderes estabelecidos e das decisões conjuntas. E esta experiência que vinha do povo, por meio de grandes debates políticos em praça pública, dá aos gregos uma consciência sobre a cidadania e a coletividade, despertando interesse incomparável pela administração da coisa pública. A oratória, altamente desenvolvida na Grécia antiga contribuía para manifestar a “extraordinária consciência sobre a importância e o significado da palavra liberdade (eleutéria), num mundo cercado pelo despotismo e pela tirania”.¹²

Na cidade de Atenas, especialmente, os indivíduos eram politizados, havendo um entendimento de que a pessoa que não participasse dos negócios públicos seria considerada um ser inútil para a sociedade. O historiador Luiz Paulo Zeifert afirma que o ateniense “via a participação na vida pública como o supremo bem a ser almejado por um homem. A cidadania, nesse sentido, era o grande objetivo do ateniense, pois, além de lhe assegurar a participação afetiva na vida pública, garantia-lhe direitos”.¹³

Importante figura histórica da democracia clássica grega, bem como objeto de comparação e analogia no presente estudo, a *ágora*, era uma espécie de praça principal na constituição da cidade-estado. Consistia em um espaço no qual os cidadãos tinham o

los asuntos públicos y al bien general. In: HELD, David. **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 33.

¹⁰ As cidades-estado localizadas próximo aos rios Tigre e Eufrates, onde hoje se situam o Iraque e a Síria, representam a primeira civilização urbana da história dos povos com domínio de escrita.

¹¹ SCHILING, Voltaire. **Grandes correntes do pensamento: da Grécia antiga ao neoliberalismo**. 2ª ed. Porto Alegre: Age, 1998, p. 9.

¹² Idem. *Ibidem*.

¹³ ZEIFERT, Luiz Paulo. **A exclusão social na Grécia clássica e a postura dos sofistas: repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 73.



hábito de reunir-se, não apenas para a tomada de decisões, mas para a interação social e a realização da vida pública *latu sensu*.

Na condição de importante elemento de constituição do espaço urbano das cidades-estado, a *ágora* reflete a imagem da expressão máxima da esfera pública, caracterizando-se como o espaço público no qual eram exercidas a cidadania e a democracia. “As deliberações de cada cidade eram realizadas na *ágora*, onde exercia sua soberania legislativa, executiva e judiciária. A *ágora*, na cidade grega, fazia, pois, o papel do Parlamento nos tempos modernos”¹⁴ destaca Zeifert.

O ressurgimento da democracia ocorreu de forma gradual, relacionando-se com determinados acontecimentos históricos como, por exemplo, a Carta Magna inglesa em 1215, as revoluções norte americana e francesa ocorridas no século XIX, culminando - apenas no século XX - como a forma de governo adotada pela maior parte dos países do globo e vista mundialmente como um vetor positivo.

No entanto, a figura da democracia direta como era vista na Grécia clássica foi substituída, sendo atualmente exercida de forma mais participativa - indireta. O sistema de governo que em certo aspecto se assemelha ao modelo sociopolítico praticado na democracia direta é a democracia semidireta utilizada pela Suíça, onde sistematicamente os cidadãos continuam sendo chamados a participar das decisões políticas.

Já na democracia indireta, ou representativa, o cidadão participa através do voto - eleições diretas -, elegendo seus representantes (deputados, senadores, vereadores) que, por força do mandato que lhes é conferido, passam a decidir em nome daqueles que os elegeram.

Quanto à democracia moderna, pode-se afirmar que consiste em um conjunto de regras e procedimentos para a tomada das decisões coletivas em uma determinada sociedade. A doutrina de Bobbio ensina:

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos.¹⁵

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵ BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 30.



Pela afirmação de Bobbio, o ponto principal é o contraponto a qualquer regime autoritário ou tirano. A democracia proposta pelo autor prevê que um governo democrático não tem o poder de determinar por si mesmo, mas sim a partir de uma autorização regulada pela maioria em favor do coletivo. Ainda que a democracia tenha evoluído, transmutando-se substancialmente desde suas primeiras manifestações até a formação que nos deparamos na atualidade, é indiscutível sua importância para a humanidade. Nas palavras de Amartya Sen, a democracia é hoje a única forma aceitável de governo na sociedade. Ele acentua que apesar de uma grande variedade de acontecimentos de destaque do século XX, quando se observa o que ocorreu, o fato mais importante é a ascensão da democracia e teoriza: “¹⁶creio que no futuro [...] não haverá dúvida em aceitar a primazia e a emergência da democracia, que foi constituída de maneira muito notável, a única forma aceitável de governo”.¹⁷

Traçado este breve histórico acerca da democracia direta - vislumbrada na Grécia clássica - em um paralelo com a democracia indireta, ou representativa, encontrada atualmente na maioria dos países, funda-se a base que fundamenta as questões a serem abordadas nos itens a seguir: os avanços tecnológicos vividos nas últimas décadas, o surgimento das cibercidades e a perspectiva destas serem equiparadas às ágoras gregas.

2. TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO: A CIDADANIA PLANETÁRIA

A sociedade da informação reconhecida como tal a partir dos anos 70 pelo forte impacto das tecnologias nos modos de produção e de consumo é o ponto de partida para a compreensão dos movimentos do cidadão no contexto econômico, político e sociocultural. Impulsionada pela globalização econômica e cultural, abre espaço para as diferentes vertentes ideológicas, associações cívicas e organizações políticas, apresentando novas formas de mobilização, que extrapolam os níveis geoterritoriais.

Até então, os movimentos estudantis e populares sempre representaram uma força de mobilização social importante em favor da liberdade de expressão e da democracia. No Brasil, o movimento de 68 não só pretendia protestar contra a ditadura militar e lutar por

¹⁶ “Creo que en un futuro [...] no habrá dudas en aceptar la primacía de la emergencia de la democracia, que ha constituido, de manera mui notable, la única forma aceptable de gobierno”. In: SEN, Amartya. *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo, 2005, p.56.

¹⁷ SEM, Amartya. Op.cit. p. 56.



melhores condições na educação, como chamar a atenção para uma nova sociedade que deveria abrir-se para os direitos civis, para a liberdade sexual e a diversidade cultural.

Os meios de comunicação da época, especialmente a televisão, transmitiam a dimensão da intensidade da agitação popular. Durante todo o período, a Europa, especialmente a França, vivia o auge das revoltas estudantis enquanto os americanos estavam embrenhados na guerra no Vietnã. Assim como a sociedade civil caracteriza-se por ser heterogênea, em razão de acomodar tanto as práticas democráticas quanto as tendências antidemocráticas, as associações cívicas podem contribuir para o avanço da democracia ou para obstruí-la. Estas associações estão ativas no mundo virtual e representam diferentes concepções quanto às formas de institucionalizar seus discursos, distinguindo-se pelos seus valores e objetivos. Não há distância entre as organizações cívicas da sociedade fora ou dentro da rede, pois o ciberespaço é uma extensão dos tecidos sociais, com toda a complexidade que isso significa. Nas redes há lugar para todos os corpos e mensagens.

A partir dos anos 70 as bases materiais da sociedade se organizam a partir daquilo que Castells¹⁸ chama de informacionalismo, ou seja, as tecnologias da informação produzem um impacto tão grande sobre as formas de produção de conhecimento, de tal modo que a cultura e a sociedade se transformam imediatamente em nível global. Evoluiu-se, portanto, da era massificada para a era da informação, onde “prevalece uma quantidade incomensurável de informações em fluxos permanentes”.¹⁹

As redes são abertas e ilimitadas, estruturadas na forma de um *rizoma*²⁰, onde as informações se conectam numa estrutura de raiz descentralizada. “Uma diferença significativa entre informações e bens duráveis está na replicabilidade. Informação não é uma quantidade conservada. Se eu lhe dou informação, você a tem, eu também. Passa-se

¹⁸ Manuel Castells é um sociólogo espanhol, reconhecido pela sua trilogia Sociedade em Rede, onde analisa as mudanças na estrutura da sociedade a partir das tecnologias de informação e comunicação.

¹⁹ CASTELLS, Manuel. *The internet galaxy: reflections on the internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 65

²⁰ Noção de rizoma desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil Platôs*. Desse ponto de vista a internet deve ser comparada a um rizoma, pelas diversas ramificações conectáveis a qualquer ponto. Suas raízes aparecem em uma multiplicidade, em várias entradas, e podem ser rompidas e retomadas em qualquer lugar.



aí da posse para o acesso”.²¹ Esta política tornou-se a base da organização social do indivíduo nas redes sociais, o que é importante para a quebra do monopólio da informação, garantindo um modelo distributivo de ideias de todos para todos, sem controle hierárquico da difusão dos conteúdos, controlado apenas pela fiscalização dos próprios usuários. A rede estabelece sua própria forma de regulamentação e fiscalização.

Este território é por natureza, propício à troca e à proximidade, quebrando o paradigma inicial e obscuro de que os indivíduos da era das redes estariam fadados ao isolamento diante da tela num quarto fechado. A convergência das mídias e a mobilidade das plataformas superou o preconceito e extraiu da linguagem multimídia o suporte para transformar ideias em movimentos sociais e ativismo via internet em velocidade inigualável e em tempo recorde. Isso modifica as noções de tempo e espaço e reconsidera as formas de interação, pois as redes evoluem de um simples status de lugar de relações de sociabilidade para um espaço plural que integra relações de ativismo cívico-político. Exemplos disso são os sites como o Avaaz²² e movimentos como a Primavera Árabe²³.

E da mesma forma que neste ambiente são localizadas as manifestações que promovem a cultura da paz e os direitos humanos, encontram-se também sites que exploram o racismo, a pedofilia e a homofobia, indo na contramão da perspectiva do que seria um bem para a sociedade. A internet é, portanto, o lugar onde convivem os extremos que tendem a se aglutinarem em comunidades e grupos fechados. Mesmo num espaço tão plural os iguais se reconhecem e se identificam e ali também formam verdadeiros guetos numa similaridade com o universo *off line*. Entre as formas mais comuns de ativismo destacam-se os virais, os protestos cibernéticos, as petições e abaixo assinados *on line* e guerrilhas de e-mails, oriundas geralmente do mundo *off line*. Desse modo, o ativismo na rede ultrapassa culturas, desconhece territórios geográficos, entraves burocráticos, enfrentamentos físicos ou diferenças linguísticas. Não tem fronteiras, mas briga por limites para frear a injustiça e a desigualdade.

²¹ SANTAELLA, Lucia. *Cultura e Artes do Pós-Humano: da Cultura das Mídias à Cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003, p.19.

²² O site www.avaaz.org denomina-se como a comunidade de campanhas que leva a voz da sociedade para a política global. Permite que pessoas ao redor do mundo iniciem campanhas e alcancem vitórias em âmbito local, nacional e internacional.

²³ A Primavera Árabe constituiu-se um movimento liderado por jovens contra os regimes ditatoriais no mundo árabe, deflagrado via internet, no Egito, na Líbia, Síria, Iêmen, Bahrein, durante os anos de 2010 a 2012.



O ativismo *on line* é designado por atores sociais, ou seja, aqueles que constroem as relações no espaço virtual, a partir de laços, afinidades, pontos de vista e aspirações, embora se dirija a todos os usuários das redes, mesmo àqueles com concepções diferentes.

Aquilo que antes era apenas ferramenta de computação, hoje é um espaço de conversação e produtor de sentidos, que se difundem instantaneamente, recriando-se. A conversação em rede é apresentada por Recuero como “apropriação do ciberespaço [...] como formas de uso das ferramentas de CMC para construir contexto e proporcionar um ambiente de trocas interacionais”.²⁴ A autora ressalta que justamente “por ser fruto da apropriação, a conversação mediada por computador é mutante, transformadora e produtora de novas redes sociais”.²⁵ Nesta característica reside uma ideia essencial das redes, que as explicariam como uma grande teia da reelaboração de sentidos.

Deste ponto de vista, a liberdade de expressão e o direito à informação são direitos, *a priori*, assegurados. As conversações em rede são a manifestação simples e complexa da concretização desses direitos nas plataformas digitais onde habita o cidadão planetário, um virtual morador das cibercidades, fruto do cruzamento da comunicação e da tecnologia digital.

3. AS CIBERCIDADES COMO ÁGORAS: AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Esta nova realidade tecnológica e as possibilidades criadas a partir da internet possibilitam ao cidadão participar de debates, fóruns, redes sociais, comunidades virtuais, e manifestar livremente suas opiniões e desejos, interagindo de forma social, ou mesmo econômica com os demais membros e grupos sociais. Porém, é urgente que seja aberta uma discussão acerca da possibilidade desta sociedade da comunicação viabilizar também uma nova era para a democracia e a construção da cidadania.

O ciberespaço abriga as mais variadas plataformas que servem à comunicação e à informação, caracterizando inúmeras formas de interagir, que vão se transformando, sendo substituídas ou até mesmo perdendo o sentido, à medida que vão se desenvolvendo.

²⁴ RECUERO, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada por computador e redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 27-35.

²⁵ Idem, p. 37



Exemplos recentes são o Second Life²⁶ que vem caindo em número de usuários, bem como o Orkut, que já foi superado pelo Facebook na preferência dos usuários, segundo Raquel Recuero.²⁷ Isso demonstra a efemeridade que ronda o mundo digital. Entretanto, o que é relevante, é o caráter da fisionomia da rede, que permite essas inversões na preferência dos usuários. Comunidades com os mais diversos fins, grupos fechados ou abertos são criados todos os dias no espaço cibernético. Do ponto de vista da democracia é importante avaliar o fenômeno das cibercidades.

As cibercidades podem ser entendidas como espaços digitais criados à semelhança das cidades do mundo urbano, com o objetivo de facilitar as atividades dos cidadãos - netizens²⁸ - e de estimulá-los a participar do debate das questões públicas, a partir da circulação livre das informações. As primeiras experiências ocorreram na década de 80 nos Estados Unidos com as Free-Net, como Cleveland FreeNet e Public Electronic Network, em Santa Mônica. Algumas experiências públicas reconhecidas e estudadas de cibercidades são a Digital Stad, de Amsterdã, na Holanda; a Iperbole, em Bologna, na Itália; Aveiro Cidade Digital, em Aveiro, Portugal; Living Memory, em Edinburgh, na Escócia.

De acordo com Lemos, a cibercidade “nada mais é do que um conceito que visa colocar acento sobre as formas de impacto das novas redes telemáticas no espaço urbano”.²⁹ O autor explica que as redes de cabos, fios, fibras, antenas de celulares, espectro de ondas de rádio e as conexões wi-fi estão modificando a vivência dos cidadãos, o que reflete imediatamente no espaço urbano “através do teletrabalho, da escola on-line, das comunidades virtuais, dos fóruns temáticos planetários. O que está em jogo é a redefinição do espaço público e do espaço privado”.³⁰ Lemos acredita que não se pode compreender as cibercidades como uma mudança radical, afinal é importante o reconhecimento de uma nova lógica dos espaços e das práticas sociais da cidade, tendo em vista o fortalecimento da democracia contemporânea. “Não está em pauta aqui o

²⁶ Informações disponíveis em: <http://idgnow.uol.com.br/ti-pessoal/2007/04/23/idgnoticia.2007-04-23.1615153158>. Acesso em 10 de abril de 2013.

²⁷ RECUERO, Raquel. Sobre sites de rede social: Orkut, Facebook e My Space. Disponível em: Midia Digital. http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sobre_sites_de_rede_social_orkut_facebook_e_my_space.html. Acesso em 12 de abril de 2012.

²⁸ Netizen é o frequentador habitual de internet.

²⁹ LEMOS, André [org]. **Cibercidade: a cidade na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-Pappers Serviços Editoriais, 2004, p. 20.

³⁰ Idem, *Ibidem*.



abandono da cidade física pela cidade virtual, mas propiciar a sinergia entre o espaço de fluxos planetários e o espaço de lugar das cidades ‘reais’”.³¹

Desse modo, as cibercidades seriam uma consequência normal da inclusão digital originada das novas tecnologias. A importância desta inclusão estaria nas novas formas de sociabilidade, possibilitando a inserção do indivíduo na comunidade global, favorecendo o direito à informação e fomentando a prática da cidadania.

Ao estudar as mediações pelo computador, por meio das redes sociais, a pesquisadora Raquel Recuero conclui que este tipo de mediação “gerou outras formas de estabelecimento de relações sociais. As pessoas adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação, criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais”.³²

Por outro caminho segue a lição de Wolton ao entender que esta nova realidade pode ocasionar o que ele denomina solidões interativas: “uma sociedade onde os indivíduos estão liberados de todas as regras e obrigações, a prova da solidão é real, como é dolorosa a tomada da consciência da imensa dificuldade que há em entrar em contato com o outro”.³³ A Internet efetivamente possui o condão de isolar os indivíduos, em algumas vezes, excluindo-os da coletividade fora da rede. No entanto, a Internet é irreversível, devendo a população e seus governantes adotar práticas capazes de explorar as novas ferramentas disponíveis em favor da cidadania.

A propósito das relações entre as cibercidades e a democracia, Lemos acentua o potencial das cibercidades como formas de reestabelecer o espaço público, reforçando os laços comunitários. O que o autor propõe é um modelo de inteligência coletiva para implantar as cibercidades por meio de portais governamentais e telecentros, buscando aproveitar o espaço das redes como uma plataforma de discussão dos problemas de forma coletiva, tomando posições políticas, sociais e culturais e, assim, exercitar a cidadania. “Não se trata aqui de uma utopia, mas de uma constatação do potencial do ciberespaço e de forçar os poderes públicos a instaurarem práticas neste novo espaço de fluxo”.³⁴

³¹ Ibidem, p. 21

³² RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.89

³³ WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2010, p.104.

³⁴ LEMOS, André [org]. **Cibercidade: a cidade na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-Pappers Serviços Editoriais, 2004, p. 22.



Juntamente com Pierre Lévy, Lemos reitera a importância das ferramentas comunicacionais digitais sem controle de emissão. Essa produção da informação “por vezes livres e independentes busca reconfigurar a cultura política contemporânea. O objetivo é utilizar o potencial das ferramentas comunicacionais digitais para a expressão livre dos movimentos sociais e das articulações e reivindicações político ativistas”.³⁵ Desse ponto de vista, a rede estaria sendo utilizada como instrumento de fomento à cidadania.

Entretanto, apesar dessas características, é preciso relativizar esse potencial da rede, refletindo que ainda não se tem um processo de inclusão digital desejável, especialmente no Brasil e na América Latina, apesar dos números surpreendentes de acesso à rede social. Questiona-se ainda o fato de que as cibercidades poderiam ser usadas por uma elite padrão *high tech*, alinhada aos que hoje detem o poder político *off line*. Mesmo num espaço cibernético aberto, caberia refletir sobre o encaminhamento dessas discussões, de onde estariam partindo, e se isso não representaria alguma forma de indução.

Quando Dahl se refere aos modelos de democracia, inclusive anteriores à Grécia Antiga, desde que houvesse condições favoráveis à participação popular em um determinado governo, pressupõe que “a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem as condições adequadas”.³⁶ Não estariam os avanços tecnológicos preparando uma nova etapa na democracia mundial? Afinal, já se fala em ciberdemocracia ou ciberdemocracia planetária. E diante dos novos padrões estabelecidos pela difusão de novas tecnologias, como as pessoas utilizariam as redes sociais transformadas em novas *ágoras*?

Bobbio ao tratar da eventualidade de uma democracia direta argumentou que “a hipótese de que a futura computadorocracia, como tem sido chamada, permita o exercício da democracia direta, isto é, dê a cada cidadão a possibilidade de transmitir o próprio voto a um cérebro eletrônico, é uma hipótese absolutamente pueril”.³⁷ De qualquer forma as cibercidades, as comunidades virtuais, as redes sociais tendem a ampliar a noção do espaço para a cidadania, transformando-se em *ágoras* versão *high tech*.³⁸

³⁵ LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 28.

³⁶ DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001, p. 19.

³⁷ BOBBIO, Norberto. op.cit. p. 39

³⁸ Aqui utilizamos a expressão *high tech* como sinônimo da tecnologia que está na ponta, a tecnologia mais avançada disponível.



As cibercidades poderiam ser a possibilidade de ver repetidas, agora em escala maximizada, as figuras que outrora simbolizavam a democracia direta, garantindo que o indivíduo pudesse de fato posicionar-se nessa plataforma de igual para igual, podendo decidir por conta própria sem a intervenção de representantes. Por enquanto percebe-se que isto não é possível, mas o futuro, à democracia pertence.

CONCLUSÃO

Em uma primeira análise, parece que estão se desenhando as condições para que os líderes mundiais possam buscar a utilização da *web* como ferramenta de inclusão da população. E não se trata apenas de inclusão social em seu sentido *strictu*, mas de inclusão efetiva na esfera política. No entanto a realidade vivenciada em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos é de extrema desigualdade sob todos os aspectos, principalmente financeiros e culturais.

Acredita-se que, a primeira atitude necessária para fazer a ruptura dos entraves a uma cidadania planetária é viabilizar o acesso à internet a todos, para não incorrer em uma das principais críticas feitas à democracia grega: a exclusão de determinados grupos das decisões, o que tornaria a democracia bastante limitada. Paralelamente, é preciso buscar formas de inclusão cultural e política da sociedade como um todo, bem como elaborar uma legislação específica para a tutela dos direitos no tocante às novas tecnologias.

As cibercidades são viáveis como novos espaços públicos para a democracia e a construção da cidadania, mas não antes de outra profunda transformação políticocultural, seja da população - em todas as suas classes sociais - seja dos mandatários do poder. Somente então se poderá ver a utopia se tornar realidade.

Quando se fala que a utilização da rede mundial de computadores como mecanismo de efetiva participação democrática e de construção da cidadania ainda deva passar por um aprendizado cultural, é porque se acredita que sem cultura não se faz política, sem valores éticos e sem sentimento cívico não se constrói uma efetiva participação popular democrática.



REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **The internet galaxy: reflections on the internet, business and society**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1- Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- IBOPE. **Acesso à internet no Brasil atinge 94,2 milhões de pessoas**. Disponível em <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/acesso-a-internet-no-brasil-atinge-94-milhoes-de-pessoas.aspx>> Acesso em 20 de mar. 2013.
- LEMOS, André [org]. **Cibercidade: a cidade na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-Pappers Serviços Editoriais, 2004.
- LEONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- _____. **A conversação em rede: comunicação mediada por computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- RECUERO, Raquel. **Sobre sites de rede social: Orkut, Facebook e My Space**. Disponível em: Midia Digital. http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sobre_sites_de_rede_social_orkut_facebook_e_my_space.html. Acesso em 12 de abril de 2012.
- SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SEN, Amartya. **El valor de la democracia**. Madrid: El Viejo Topo, 2005.
- SCHILING, Voltaire. **Grandes correntes do pensamento: da Grécia antiga ao neoliberalismo**. 2ª ed. Porto Alegre: Age, 1998.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- ZEIFERT, Luiz Paulo. **A exclusão social na Grécia clássica e a postura dos sofistas: repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2004.
- WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2013.